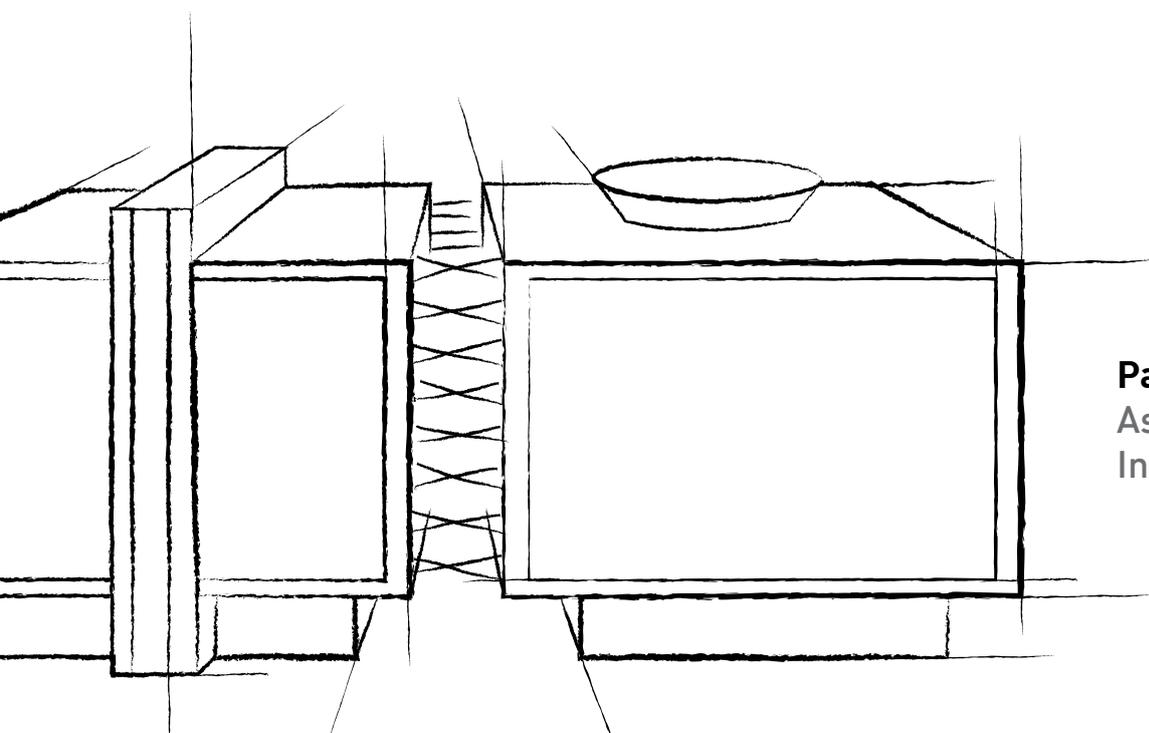




Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Gestão Compartilhada

Membros e servidores unidos na condução
do MPDFT



Parte 7
Assessoria de Políticas
Institucionais

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora de Justiça Eunice Pereira Amorim Carvalhido

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Procuradora de Justiça Zenaide Souto Martins

Corregedora-Geral

Procuradora de Justiça Benis Silva de Queiroz Bastos

Chefia de Gabinete

Promotor de Justiça Adjunto Albertino de Souza Pereira Netto
(*In memoriam*)

Promotora de Justiça Thaís Freire da Costa Flores

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Diretoria-Geral

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2010 /2013)

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Servidora Ana Lúcia Carrijo Ferreira

Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos
(2013/2014)

Assessoria de Políticas de Segurança

Promotor de Justiça Eduardo Gazzinelli Veloso
(2010/2014)

Promotor de Justiça Wilton Queiroz de Lima (2014)

Assessoria de Políticas Institucionais

Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro (2010/2011)

Promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osório

Promotor de Justiça Dermeval Farias Gomes Filho

Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade

Promotor de Justiça André Luiz Casal Duran (2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger
(2010/2012)

Promotor de Justiça Dicken William Lemes

Promotor de Justiça Rodolfo Cunha Salles

Assessoria Criminal

Promotora de Justiça Marta Alves da Silva (2010/2012)

Promotora de Justiça Marya Olímpia Ribeiro Pacheco
(2010/2012)

Promotor de Justiça Antônio Henrique Graciano Suxberger

Promotor de Justiça Renato Bianchini

Coodenadoria de Recursos Constitucionais

Procurador de Justiça Antônio Luiz Barbosa Alencastro
(2010/2013)

Procuradora de Justiça Ana Luisa Rivera

Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes

Promotor de Justiça Adjunto Leonardo Carneiro Britto

Gestão Compartilhada

Parte 7 – Assessoria de Políticas Institucionais

Referente ao período de agosto de 2010 a outubro de 2014

Assessoria de Políticas Institucionais

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sala 919, Sede do MPDFT, Brasília-DF

Telefone: (61) 3343-9650

E-mail: api@mpdft.mp.br

Ana Luiza Lobo Leão Osório – Promotora de Justiça

Dermeval Farias Gomes Filho – Promotor de Justiça

Coordenação e Produção de Texto:

Assessoria de Imprensa – PGJ

Elizangela Monteiro – Chefe

Programação visual e diagramação:

Coordenadoria de Comunicação do MPDFT

Colaboração:

Lílian Cursino Pessoa, Elisa Ramalho Salim Ramos

Revisão:

Samara Botelho Vaz Almeida

Outubro de 2014. Versão digital.

© 2014 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

As informações contidas neste relatório foram fornecidas e aprovadas pela Assessoria de Políticas Institucionais (API).

APRESENTAÇÃO

No período de agosto de 2010 a outubro de 2014, a Assessoria de Políticas Institucionais trabalhou pelo resgate da imagem do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pelo fortalecimento de suas relações com a comunidade, com os poderes públicos e com órgãos cuja atuação está voltada aos interesses sociais.

As iniciativas, os acordos e os convênios, bem como as pesquisas e as análises de mídia apresentadas no decorrer deste relatório dão conta de que a maior parte desses objetivos foi atingida, restando agora a busca do aprimoramento de diversas práticas iniciadas nas duas últimas gestões.

O evento Repensar propiciou momentos de diálogo importantes para o direcionamento de ações futuras, assim como o projeto Gestão por Competência, que contribuirá sobremaneira para a criação de uma política de valorização do quadro funcional.

O estímulo ao diálogo foi intensificado logo no início da primeira gestão, em agosto de 2010, por meio do projeto PGJ Itinerante e do estabelecimento de uma rotina de reuniões de trabalho com os coordenadores administrativos, chefes de departamento e secretários executivos.

A troca de informações e conhecimento, a busca de parcerias e o aprimoramento de iniciativas voltadas à comunicação e à integração entre membros, servidores, estagiários e terceirizados foram as marcas mais fortes na gestão da Assessoria de Políticas Institucionais.

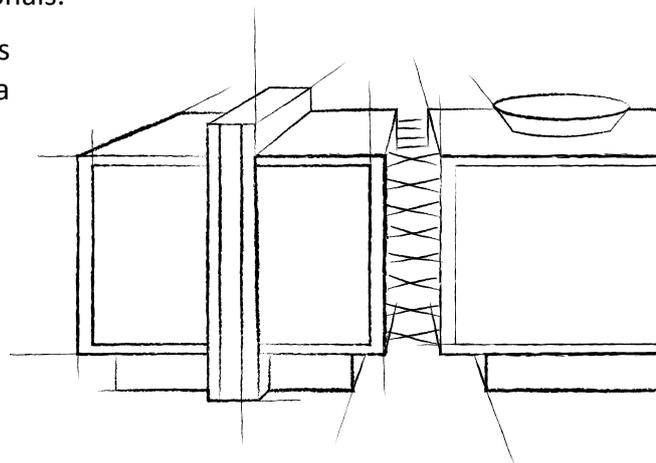
Este relatório apresenta as principais ações da API e das áreas a ela subordinadas, como a Coordenadoria de Comunicação e a Secretaria de Planejamento.

Ana Luiza Lobo Leão Osório
Dermeval Farias Gomes Filho
Assessores de Políticas Institucionais

"O estímulo ao diálogo e à participação ativa de membros e servidores pautaram as ações de Políticas Institucionais nos últimos quatro anos".



Ana Luiza Lobo Leão Osório, Assessora de Políticas Institucionais



ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A Assessoria de Políticas Institucionais (API) assiste o Procurador-Geral de Justiça na definição, elaboração e execução de políticas, projetos, programas e ações institucionais e também na promoção da integração dos órgãos de execução do Ministério Público, visando estabelecer a necessária unidade de ações institucionais e respeitando o princípio da independência funcional.

As ações e projetos desenvolvidos pela Assessoria de Políticas Institucionais foram planejados com base nas sugestões e demandas apresentadas no início da gestão 2010/2014 pelos membros e servidores de todas as unidades em reuniões com a Procuradoria-Geral de Justiça, bem como no Projeto Procuradoria-Geral Itinerante, que faz parte do Programa Gestão Compartilhada.

Como parte das ações, foram mantidos os encontros periódicos com os coordenadores administrativos e iniciados os encontros com os secretários executivos e com os chefes de departamento.

Os encontros com os coordenadores administrativos e com os secretários executivos são realizados bimestralmente em meses alternados. As reuniões têm o objetivo de promover a integração e o intercâmbio dos trabalhos realizados nas coordenadorias administrativas, além da troca de experiências e de informações entre as diversas equipes do MPDFT. Além dos coordenadores administrativos e dos secretários executivos, participam das reuniões a procuradoria-geral de Justiça, a assessoria de políticas institucionais e a diretoria-geral. Os chefes de Departamentos, coordenadores de assessorias e principais assessores da PGJ participam somente das reuniões dos secretários.

As reuniões de chefes de Departamento têm por objetivo tornar célere a comunicação da equipe administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça. Participam das reuniões PGJ, API, DG, Chefias de Departamentos, Coordenadores de Assessorias e principais assessores da PGJ.

"A busca de soluções para a comunicação e a integração do corpo funcional são as bases do fortalecimento institucional".



Dermeval Farias, Assessor de Políticas Institucionais



Equipe da Assessoria de Políticas Institucionais.

PRINCIPAIS PROJETOS DESENVOLVIDOS

Mesa-Redonda com o Promotor de Justiça Especializado

O projeto Mesa-Redonda com o Promotor de Justiça Especializado teve início em novembro de 2013 e tem como objetivo promover encontros entre servidores que trabalham com atendimento ao público e promotores de Justiça especializados para esclarecer dúvidas sobre a atuação das Promotorias e, em consequência, melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão.

Ao final do projeto pretende-se criar uma cartilha resumida contendo o esclarecimento das principais dúvidas sobre a atuação das Promotorias de Justiça Especializadas.



O projeto Mesa-Redonda tem por objetivo esclarecer dúvidas sobre a atuação das Promotorias Especializadas.

Encontros Setoriais

O projeto Encontros Setoriais teve início em dezembro de 2013 e tem como objetivo consolidar a rede interna do MPDFT, promovendo encontros entre servidores de unidades afins para que possam compartilhar boas práticas, fortalecer atividades desempenhadas, bem como discutir a padronização de procedimentos e aprimoramento de rotinas.

As demandas registradas nos encontros são encaminhadas ao Departamento de Gestão de Pessoas para que possam ser oferecidos cursos voltados às necessidades específicas de cada unidade, bem como à Secretaria de Planejamento para adequação da estrutura e do manual de rotinas das unidades.



Para consolidar a rede interna, o projeto Encontros Setoriais promove encontros de servidores de unidades afins.

Qualidade de Vida

Na gestão 2010/2014, foram desenvolvidos diversos projetos com foco na integração e na qualidade de vida de membros e servidores. O MPDFT reestruturou as áreas de saúde e de gestão de pessoas,

que ganhou reforço de pessoal e melhores condições de trabalho. Assim, foi possível implementar diversos projetos, dentre os quais devem ser destacados: o Coral MPDFTom; o Programa de Atividades Físicas, que oferece aulas de ioga e de jiu jitsu; os grupos de oração; os eventos em comemoração ao Dia da Mulher e ao Dia do Homem; cursos de Fotografia; Caminhadas da Lua; projeto Berçário; grupo de Gestantes com palestras multidisciplinares e a retomada da Cerimônia de Homenagem por Honra ao Mérito por Tempo de Serviço aos Servidores que completam 10, 20 e 30 anos de efetivos serviços prestados ao MPDFT. Outras ações poderão ser identificadas nos relatórios da PGJ e dos departamentos vinculados à DG.



Grupos de oração foram criados dentro do programa Qualidade de Vida.

Projeto-Piloto Saúde e Qualidade de Vida do Promotor do Júri

O projeto-piloto Saúde e Qualidade de Vida do Promotor do Júri, iniciado em janeiro de 2014, tem como principal objetivo contribuir para a construção de uma cultura para o autocuidado e para a melhoria da qualidade de vida dos membros que atuam perante o Tribunal do Júri. O projeto atende à demanda apresentada pelos próprios Promotores de Justiça que atuam na área.

Nesse sentido, em 2014, foram realizadas avaliação médica e psicológica individual dos promotores, palestras sobre cuidados com a voz e sobre educação postural.

O próximo passo é incluir os promotores do Júri no programa de desenvolvimento de habilidades para o gerenciamento do estresse pessoal e profissional. Também é preciso expandir o projeto a outras Promotorias de Justiça, como Violência Doméstica, Infância e Juventude.



A palestra Cuidados com a Voz integrou o projeto-piloto Saúde e Qualidade de Vida do Promotor do Júri.

Projeto Competência

O Projeto Competência, iniciado em maio de 2014, tem o propósito de implementar, no âmbito do MPDFT, o modelo de Gestão por Competências (GC). Tal modelo permite aprimorar os processos de capacitação, seleção, movimentação e avaliação de pessoas. O conceito de competência adotado na Instituição envolve as capacidades (conhecimentos, habilidades e atitudes – CHAs) necessárias ao desempenho efetivo das atribuições dos membros e servidores.

Em 2014, mapearam-se as competências genéricas, que são aquelas comuns a todos os membros e servidores. Adotou-se como estratégia



A gestão por competências começa a ser implementada no MPDFT.

o processo de construção coletiva do trabalho, por meio da análise de documentos importantes e da participação de mais de 130 integrantes da organização nos grupos de foco.

Os primeiros resultados foram apresentados, em outubro de 2014, aos integrantes da Instituição, por meio da distribuição da Cartilha Gestão por Competências.

As informações levantadas até o momento servirão para estruturar o Plano de Capacitação do MPDFT e para trabalhar as competências mapeadas na ambientação dos novos servidores e no curso de vitaliciamento dos promotores de Justiça adjuntos. Para os próximos anos, pretende-se mapear as competências gerenciais e as específicas das unidades organizacionais.

II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça – Repensando o Ministério Público como Agente de Transformação Social – Projeto Repensar

O II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça – Repensando o Ministério Público como Agente de Transformação Social (Projeto Repensar) foi idealizado com o objetivo de promover a integração entre membros do MPDFT para a discussão dos fatores que interferem direta ou indiretamente na atuação ministerial e no cumprimento da missão institucional.

Para a realização do encontro, o MPDFT contou com a consultoria da empresa Amana Key. Esse serviço foi oferecido gratuitamente, por meio de celebração de Termo de Cooperação Técnica.

O Encontro foi realizado em duas etapas: a primeira nos dias 30 e 31 de maio, e a segunda no dia 02 de agosto de 2014. Para definição dos temas a serem abordados durante as reuniões, a Assessoria de Políticas Institucionais disponibilizou enquete na intranet e reuniu sugestões dos membros sobre os fatores que poderão interferir no cumprimento da missão institucional a curto e médio prazos.

Os resultados da enquete foram analisados por um grupo focal, constituído por membros do MPDFT e coordenado pela API. Esse trabalho definiu os temas que foram discutidos nos grupos de debate durante a realização do encontro.

As observações mais recorrentes, registradas nos grupos de trabalho, transformaram-se em enunciados que nortearam as deliberações da 2ª etapa, realizada no dia 2 de agosto.



Temas que interferem na atuação ministerial foram debatidos no Repensar sob orientação de Oscar Motomura, da Amana-Key

Para dar prosseguimento às contribuições feitas pelos participantes, a API enviou às unidades competentes a transcrição das informações registradas pelos membros nas mesas de debates e o resultado das votações dos enunciados e das votações do dia 2 de agosto de 2014. Além disso, todo material produzido durante o projeto Repensar foi distribuído aos membros do MPDFT. A Secplan encarregou-se de estudar o material e de definir as medidas pertinentes ao planejamento estratégico que deveriam ser adotadas pela administração do MPDFT. Em seguida, a PGJ instituiu, por intermédio da Portaria Normativa nº 339, de 01 de outubro de 2014, a realização do Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça em período não superior a dois anos.

O próximo passo é implementar os projetos que serão propostos a partir dos resultados do Projeto Repensar.

Encontros Temáticos

A Portaria Normativa nº 161, de 06 de abril de 2011, instituiu o projeto Encontros Temáticos – área criminal. O projeto integra o rol de objetivos estratégicos definidos pela instituição, entre eles o de promover maior integração entre Promotores e Procuradores de Justiça. Assim, eles têm a oportunidade de se reunir e contribuir para a construção de um novo modelo de atuação do Ministério Público, fundado no compartilhamento de ideias e iniciativas e na busca de soluções e estratégias integradas.

A Assessoria de Políticas Institucionais dá suporte para a realização das reuniões. As propostas apresentadas nos encontros são debatidas e submetidas à votação. As aprovadas subsidiam iniciativas da Procuradoria-Geral de Justiça e das Câmaras de Coordenação e Revisão. No período de 2010 a 2014 foram realizados nove encontros temáticos sob a coordenação da Assessoria de Políticas Institucionais.

Projeto-Piloto de Apoio Técnico às Atividades Jurídicas – Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas

A Portaria Normativa nº 153, de 4 de março de 2011, instituiu o projeto-piloto de Apoio Técnico às Atividades Jurídicas – Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas em Santa Maria.

O projeto-piloto teve início em março de 2011 e terminou nove meses depois. O objetivo foi definir a estrutura e as atividades relativas ao atendimento Psicossocial e ao acompanhamento de medidas alternativas. Após a conclusão do projeto, foi criado o Setor de Análise Psicossocial – SETPS, em todas Coordenadorias Administrativas, com exceção das Coordenadorias de São Sebastião e do Guará.

Os SETPS realizam perícias e avaliação psicossocial nos processos que tramitam no MPDFT, e, assim, a Instituição cumpre seu papel social como agente transformador da sociedade.



O Projeto de Atendimento Psicossocial definiu a estrutura e as atividades relativas ao atendimento na área e ao acompanhamento de medidas alternativas.

MP Eficaz – Atendimento ao Cidadão

O Projeto MP Eficaz – Atendimento ao Cidadão prevê a criação de postos de atendimento em todas as Coordenadorias Administrativas, em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 1º da Portaria Normativa/PGJ nº 139/2010, permitindo que as demandas dos cidadãos sejam tratadas previamente com informações e/ou encaminhadas aos órgãos competentes. Dessa forma, o trabalho nas Promotorias de Justiça e nas Procuradorias de Justiça é otimizado.

O projeto teve início em 2011 nas sedes das PJs de Samambaia, Ceilândia e Paranoá.

Para sua viabilização, foi criado o Sistema de Atendimento ao Cidadão, que possibilita o registro e o acompanhamento das demandas apresentadas ao MPDFT. Os servidores que realizam esse trabalho nas Coordenadorias Administrativas receberam treinamento, inclusive com a participação de promotores de Justiça de todas as áreas especializadas. Todo o trabalho foi coordenado pela Ouvidoria.

A ampliação do projeto para outras Promotorias de Justiça mostra-se necessária e sua implementação em todas as Coordenadorias ocorrerá na medida em que houver recursos orçamentários.

MP Eficaz – Inclusão Digital nas Escolas Públicas

O projeto teve início em 2011, com o objetivo de promover a inclusão digital de alunos de escolas públicas do Distrito Federal, por meio da doação de microcomputadores do MPDFT. Até novembro de 2014, foram doados 101 equipamentos para 8 escolas indicadas por membros das Coordenadorias Administrativas e mais 41 distribuídos entre Conselhos Tutelares, Bibliotecas Públicas, CREAS e Diretoria-Geral de Saúde de Planaltina.

Investindo em Quem é Nosso

Devido aos registros relativos à insatisfação dos servidores do MPDFT com as ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) disponibilizadas pela Instituição, bem como a insatisfação relativa ao relacionamento interno entre membros e servidores, em setembro de 2010, a Procuradoria-Geral de Justiça, como ação imediata, criou uma assessoria direta para desenvolver projetos de políticas de gestão de pessoas. Também publicou a Portaria Normativa nº 129, de 06 de outubro de 2010, instituindo o Projeto Investindo Em Quem É Nosso, com o objetivo de flexibilizar as ações de treinamento, bem como de realizar atividades que proporcionassem a integração de membros e servidores. Por meio da Portaria Normativa nº 130, de 06 de outubro de 2010, foram definidas as atribuições da assessoria especial responsável por desenvolver os projetos referentes às políticas de gestão de pessoas, inclusive a de realizar estudo sobre a implementação da Gestão por Competências no âmbito do MPDFT.

As ações de treinamento oferecidas no período de outubro de 2010 a novembro de 2013 foram norteadas pelos registros de reuniões entre PGJ e servidores de todas as unidades do MPDFT; pelas demandas dos encontros do projeto Procuradoria-Geral Itinerante; pelos Levantamentos de Necessidade de Treinamento realizados entre 2010 e 2012 e pela pesquisa de Clima Organizacional realizada em 2011.

Para possibilitar que as ações de gestão de pessoas alcançassem todos os servidores, a Administração publicou a Portaria Normativa nº 198, de 07 de fevereiro de 2012, que regulamentou a participação de servidores em ações de TD&E; propôs novos critérios de participação e custeio em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* para membros e servidores do MPDFT (Portaria Normativa nº 201, de 28 de fevereiro de 2012); instituiu o Banco de Instrutoria Interna (Portaria Normativa/DG nº 49, de 23 de fevereiro de 2011, revogada pela Portaria Normativa 61, de 09 de março de 2012); priorizou a realização de ações internas de TD&E; disponibilizou curso por videoconferência para todas as Coordenadorias Administrativas; regionalizou ações de treinamento; realizou ações de treinamento em parceria com a ESMPU e celebrou termo de cooperação com foco em ações de TD&E com o Exército, com o Instituto Serzedelo Correia e com o Instituto Legislativo Brasileiro – IBL.

O Programa Investindo em Quem É Nosso proporcionou a reestruturação da área de Treinamento e Desenvolvimento do MPDFT para possibilitar a realização de cursos que efetivamente contribuíram para a profissionalização da Instituição, destacando-se os cursos Gestão Empreendedora; Intensivos de Direito (ministrados por membros da Instituição); Treinamento Experiencial ao Ar Livre; Elaboração



Projeto Investindo em Quem é Nosso.

de Termo de Referência; Gestão de Contratos; Desenvolvimento Gerencial (3 Módulos); Perfil Gerencial do Secretário; Libras (com vaga para servidores terceirizados que realizam atendimento ao público); e Curso APG Middle – Programa de Gestão Avançada.

Coordenação da Logística das Eleições Gerais de 2010 e de 2014

A Assessoria de Políticas Institucionais, em parceria com a Chefia de Gabinete e com a Diretoria-Geral, implementou uma série de medidas na atuação e integração dos promotores eleitorais nas Eleições de 2010 e de 2014. A API coordenou os trabalhos, traçando a logística administrativa e organizando encontros entre os promotores eleitorais. O sucesso da atuação do MPDFT nas Eleições de 2010 e de 2014 foi resultado da participação e contribuição de vários órgãos, departamentos, setores e pessoas.



A API coordenou os trabalhos com os Promotores Eleitorais para o pleito de 2014.

Diagnóstico do Ministério Público

A Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça realizou – em parceria com Ministério Público, Conselho e Associações, Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ) e com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), o II Diagnóstico do Ministério Público no Brasil, que visa colher informações sobre a estrutura organizacional, orçamentária, financeira, material e de recursos humanos da instituição e sobre o perfil dos seus membros. A Assessoria de Políticas Institucionais, representando o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, acompanhou o estudo.

Atuação na Corregedoria Nacional do CNMP

A Corregedoria Nacional do Ministério Público é um órgão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que tem o dever de exercer as funções executivas de inspeção e correição geral do Conselho. Realiza, de ofício, sindicâncias, inspeções e correições propondo ao Plenário a instauração de processos disciplinares ou a adoção de medidas que entender necessárias ou conveniente. O Assessor de

Políticas Institucionais Dermeval Farias Gomes Filho participou como membro auxiliar nas inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional no período de 2010 a 2013.

Convênios

À Assessoria de Políticas Institucionais compete assistir a Procuradoria-Geral de Justiça na celebração de convênios, acordos e parcerias do MPDFT. No período de agosto de 2010 a outubro de 2014, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios celebrou 87 novos convênios e termos de cooperação técnica e prorrogou a vigência de 16 convênios anteriores.

Atualmente (Nov. 2014), há 95 convênios vigentes no MPDFT, além de outros 22 celebrados antes de 2006 com prazo de validade indeterminado.

As áreas que mais firmaram convênios no período foram: Inteligência; Direitos da Mulher; Treinamento, Desenvolvimento e Educação; Drogas; Engenharia/cessão área; Infância e Juventude; Informática; Políticas Sociais; Saúde; Institucional; e Eleitoral.

Apoio às Atividades do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais – CNPG

A promotora de Justiça Ana Luiza Lobo Leão Osorio foi nomeada Assessora Especial do CNPG e exerceu mandato no período de agosto/2013 a agosto/2014, acompanhando e apoiando as reuniões e atividades desenvolvidas pelo CNPG durante esse tempo. A API coordenou o apoio técnico-administrativo na realização das reuniões do Conselho.

Comitês

Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT

O Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT, instituído pela Portaria Normativa nº 85, de 14 de dezembro de 2009, tem como integrante um dos Assessores de Políticas Institucionais. No período de agosto de 2010 a março de 2014 foram criadas 47 Promotorias de Justiça, transformadas 20 e extintas seis. Além disso, o Comitê aprovou, ainda no mês de outubro de 2014, a criação de mais cinco Promotorias e a transformação de outras 17.



O Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim apresenta propostas para criação, transformação e extinção de escritórios

Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (Cegep)

O Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (Cegep), instituído pela Portaria Normativa/PGJ nº 309, de 14 de março de 2014, tem como objetivo principal nortear as políticas de Gestão de Pessoas da Instituição, bem como subsidiar o Procurador-Geral de Justiça nos processos decisórios sobre gestão de pessoas.

O comitê é presidido pelo assessor de Políticas Institucionais e secretariado pelo chefe do DGP. A sua criação condiz com as recomendações constantes do Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas de 2013 elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Os membros do Cegep se reúnem, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente.

Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT (Ceti)

O Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT (Ceti), instituído pela Portaria Normativa nº 032, de 26 de janeiro de 2009, é presidido pelo assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça.

As principais realizações do Comitê no período de 2010 a 2014 foram a priorização das aquisições de TI (equipamentos e softwares) e do desenvolvimento de sistemas de informação; aprovação da regulamentação da Gestão de Níveis de Serviço (GNS); estabelecimento da política de renovação do parque computacional e aprovação anual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Comitê Gestor de Segurança da Informação

O Comitê Gestor de Segurança da Informação foi instituído pela Portaria Normativa nº 177, de 12 de julho de 2011, e tem como objetivos: I) propor ao Procurador-Geral de Justiça a adoção de políticas, diretrizes, normas, planos e ações de segurança da informação; II) avaliar as propostas de alteração da Política de Segurança Institucional e das diretrizes, normas e planos oriundos dessa Política; III) assessorar o Procurador-Geral de Justiça nos assuntos relativos à segurança da informação.

O Comitê é presidido pelo membro representante da Assessoria de Políticas Institucionais e se reúne, ordinariamente, uma vez a cada semestre. É integrado pelo representante legal das seguintes áreas: Coordenadoria de Segurança Institucional; Diretoria-Geral; Departamento de Tecnologia da Informação; Setor de Segurança da

Informação/DTI; Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação -CI.

Comitê de Comunicação Institucional

O Comitê de Comunicação Institucional tem como missão estabelecer políticas e diretrizes de comunicação para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, prioridades e critérios para divulgação da atuação institucional e procedimentos para otimizar o atendimento das demandas internas e externas.

O Comitê foi instituído pela Portaria Normativa nº 76, de 1º de outubro de 2009, e tem como integrantes: um representante indicado pelo Conselho Superior do MPDFT; o chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça; o assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça; dois representantes das Coordenadorias das Promotorias de Justiça indicados pelos seus pares; e o coordenador de Comunicação Social.

O Comitê é presidido pelo membro indicado pelo Conselho Superior do MPDFT.

Comissões

Comissão Gestora do Sistema Gabinete Eletrônico (eGab)

O Sistema Gabinete Eletrônico – eGab, regulamentado pela Portaria Normativa/PGJ nº 307, de 14 de fevereiro de 2014, tem por finalidade prover os Membros do MPDFT de uma ferramenta eletrônica para auxiliá-los na realização de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, bem como outras atividades atinentes a sua atuação ministerial. Os assessores de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça integram a Comissão Gestora do Sistema Gabinete Eletrônico e prestam suporte às suas atividades

Comissão Gestora da Interoperabilidade entre os Sistemas do MPDFT e do TJDF (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

O Processo Judicial Eletrônico – PJe é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça que deverá ser unificado e implantado em todas as unidades do Poder Judiciário brasileiro, para que o trâmite dos processos ocorra em um ambiente virtual com segurança garantida. O assessor de Políticas Institucionais integra a Comissão.



Integrantes da Comissão Gestora da Interoperabilidade entre os Sistemas do MPDFT e do TJDF (Processo Judicial Eletrônico – PJe).

Comissão encarregada de apresentar propostas de regulamentação da Lei de Ofícios

O chefe de gabinete adjunto e o assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça integraram a Comissão da Procuradoria-Geral da República encarregada de apresentar propostas de regulamentação para o pagamento da gratificação por exercício cumulativo de ofícios e também por sugerir diretrizes e medidas de uniformização de atos normativos dos Conselhos Superiores dos ramos do MPU (Portaria/PGR nº 57, de 26 de agosto de 2014).

No âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o trabalho resultou na publicação da Portaria Normativa/PGJ nº 337, de 26 de setembro de 2014, que dispõe sobre os critérios de designação para acumulação de ofícios em qualquer das classes da carreira do MPDFT.

Comissão de Licença-Prêmio

No dia 6 de dezembro de 2010, a API se reuniu com a Chefia de Gabinete para discutir um problema recorrente que a Instituição estava enfrentando: o indeferimento de gozo de licença-prêmio a membros que teriam esse direito. A Chefia de Gabinete estava indeferindo os pedidos ante as dificuldades de substitutos para a continuidade do serviço.

Assim, diante do descontentamento de membros do MPDFT, foi publicada a Portaria/PGJ nº 1541, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu comissão de trabalho visando à apresentação de propostas para aperfeiçoar as normas existentes no MPDFT referentes ao gozo da licença prevista no art. 222, inciso I, da LC nº 75/93.

O assessor de Políticas Institucionais, como integrante da Comissão, participou de todas as reuniões da Comissão em 2011.

Comissão de Titularização dos Promotores de Justiça Adjuntos

A API integrou a Comissão instituída para apresentar proposta ao CSMPDFT sobre a participação dos promotores de Justiça adjuntos nos Avisos de Remoção (Portaria/PGJ nº 1552, de 16 de dezembro de 2010).

O resultado do trabalho da Comissão culminou na publicação da Portaria Normativa nº 155, de 15 de março de 2011, que regulamenta a participação de promotores de Justiça adjuntos nos Avisos de Remoção.



A Comissão da Lei de Ofícios é encarregada de apresentar propostas de regulamentação para o pagamento da gratificação por exercício cumulativo de ofícios.

O CSMPDFT aprovou a proposta e os promotores de Justiça adjuntos passaram a participar dos Avisos de Remoção publicados pela Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

Comissão Gestora das Tabelas Unificadas – Taxonomia

A Resolução nº 63/2010 do CNMP criou as Tabelas Unificadas, que padronizam e uniformizam as terminologias utilizadas pelas unidades do Ministério Público a fim de conhecer os trabalhos de todos os ramos referentes aos seus procedimentos (classe), matéria de atuação (assuntos) e aos atos praticados por membros e servidores (movimentos).

No MPDFT, foi instituída uma Comissão Gestora das Tabelas Unificadas. O grupo tem como integrantes a Corregedoria-Geral, a Assessoria de Políticas Institucionais e o Departamento de Tecnologia da Informação e como função analisar, atualizar, acompanhar e promover a correlação entre os itens das tabelas de órgãos externos e as utilizadas internamente, além de encaminhar as sugestões de modificação das Tabelas ao Comitê Gestor Nacional.

A Comissão Gestora das Tabelas Unificadas do MPDFT apresentou o manual de taxonomia a todos os secretários executivos das Coordenadorias das Promotorias Judiciais e chefes de setores em reunião realizada em 18/02/2011 e vem propondo concomitante um trabalho com servidores e membros por meio de palestras e blogues para dirimir as dúvidas.

Nesse sentido, também foi criada na intranet do MPDFT uma página com informações, legislações e formulários para que se possam propor eventuais alterações na tabela. As questões propostas são encaminhadas à Comissão do MPDFT, que analisa e encaminha as alterações ao Comitê Gestor Nacional para que as tabelas possam ser aperfeiçoadas.

Comissão Gestora do Sistema de Controle dos Feitos e Requerimentos – SISPROWEB

A Comissão Gestora do Sistema de Controle dos Feitos e Requerimentos – SISPROWEB foi instituída pela Portaria Normativa/PGJ nº 44, de 23 de abril de 2009.

As reuniões da Comissão são convocadas por seu presidente, o Assessor de Políticas Institucionais, e ocorrem mensalmente com os representantes de cada setor para avaliar as regras, procedimentos, tabelas e funcionalidades atuais do sistema e estabelece diretrizes de desenvolvimento e utilização. Ademais, a Comissão analisa os

pedidos de alteração das tabelas e campos e estabelece as prioridades de implantação de módulos do sistema.

As medidas sugeridas pela Comissão são autorizadas pela Corregedoria-Geral e pela Procuradoria-Geral por intermédio da Assessoria de Políticas Institucionais, e as decisões são implementadas pelo Departamento de Tecnologia de Informação – DTI.

As demandas são disponibilizadas na Intranet para que todos os servidores e membros possam acessar e acompanhar as providências tomadas. Com isso, dá-se transparência aos atos praticados pela administração.

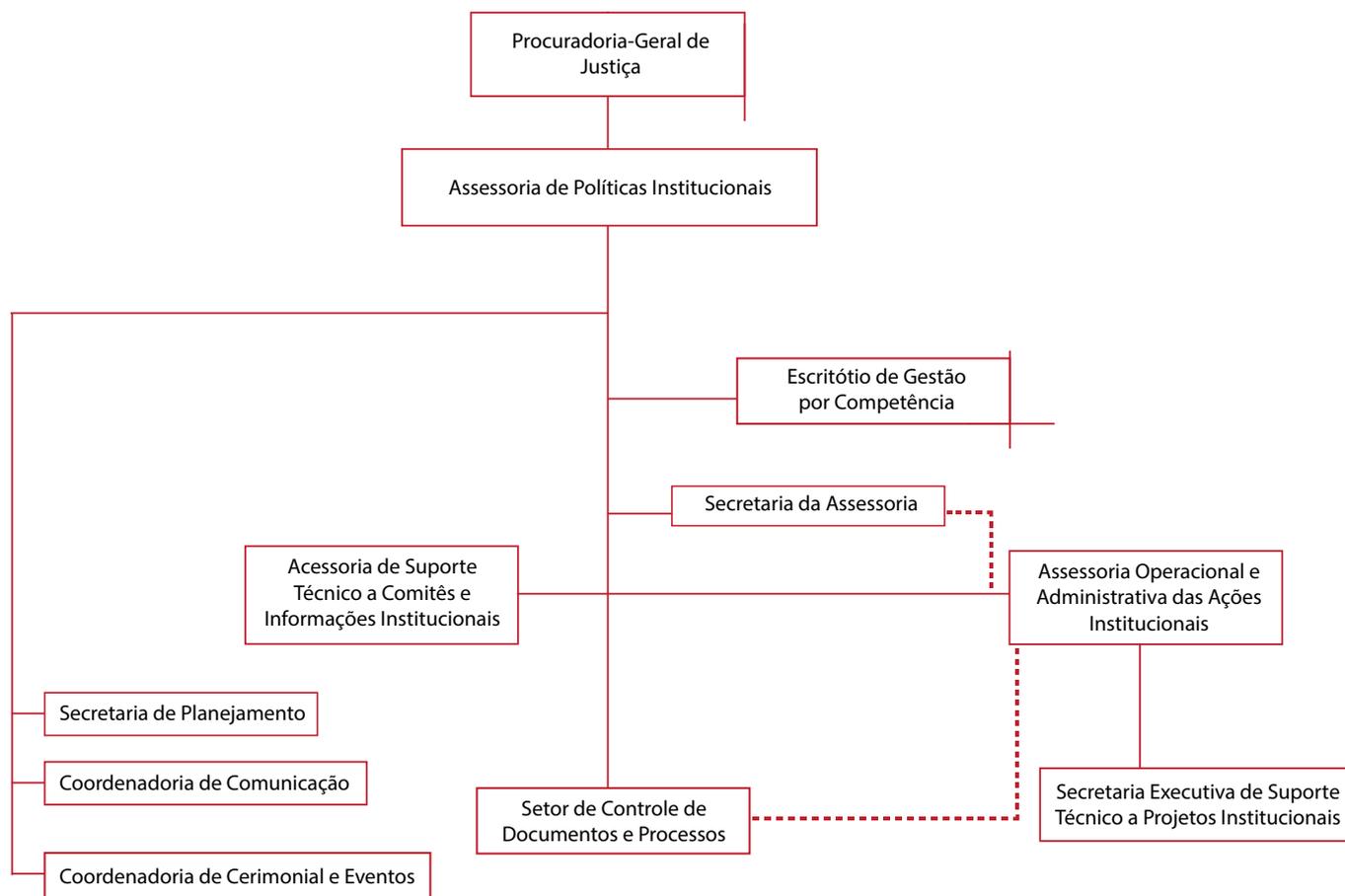
Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo do CNMP

O Assessor de Políticas Institucionais integrou a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo do CNMP no período de 2010 a 2013. Dessa forma, o MPDFT, além de contribuir para a construção do Planejamento Estratégico do CNMP, acrescentou experiências para a consolidação de sua missão como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade.

Reestruturação da Assessoria de Políticas Institucionais

Com o propósito de alcançar melhores resultados para a Instituição, a Assessoria de Políticas Institucionais passou a coordenar a Secretaria de Planejamento, a Coordenadoria de Comunicação, a Coordenadoria de Cerimonial e o Escritório de Gestão de Competências (criado em junho de 2014). Esses setores passaram a integrar a estrutura administrativa da API.

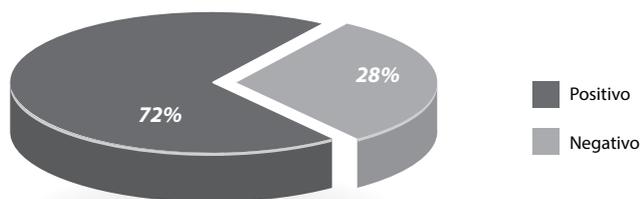
Em 2013, a estrutura interna da API também passou por reestruturação, que incluiu a criação da Assessoria de Suporte Técnico a Comitês e Informações Institucionais e a Assessoria Operacional e Administrativa de Ações Institucionais. Confira abaixo o organograma atual da área.



Apresentação

Reconstrução é a palavra que define o trabalho desenvolvido na área de comunicação social do MPDFT, nos últimos 4 anos. Com a imagem abalada, as portas se fecharam para a Instituição. A imprensa, integrantes de outros poderes e da própria Casa e a sociedade em geral passaram a enxergar o MPDFT com desconfiança. Prova disso foi que, em abril de 2011, nos relatórios de análise de mídia produzidos pela empresa Capital Clipping, quase 1/3 das notícias publicadas nos grandes veículos de comunicação sobre o MPDFT tinham um viés negativo.

	Positivo	Negativo	Total
Quantitativo	693	286	969
Espaço ocupado (minutagem)	9h46'12	8h56'09	18h55'51
Espaço ocupado (Cm/Col)	41.927	10.709	52.633



Para reverter esse quadro, foi necessário um árduo trabalho de reconstrução de imagem, que se pautou pela transparência e pelo ideal de que o Ministério Público, como promotor da cidadania, busca na sociedade que defende uma parceria para fiscalizar as leis e para ser fiscalizado.

A unidade de Comunicação Social foi reestruturada, permitindo melhor atendimento das demandas internas e da imprensa. Aliás, o relacionamento com a imprensa foi priorizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, que buscou aproximação com jornalistas e veículos

Gráfico 1 – Comparativo entre notícias positivas e negativas

Quadro 1 – Relatórios de análise de mídia

Fonte: Capital Clipping

"Podemos dizer que houve uma reestruturação da Comunicação do MPDFT, permitindo maior abrangência da sua atuação".



Jun Matsuoka Tomikawa, chefe da Coordenadoria de Comunicação.

de comunicação a fim de divulgar o trabalho da Instituição e evitar que informações distorcidas fossem publicadas na mídia.

A realização de projetos sociais com o intuito de aproximar o MPDFT e o promotor de Justiça da comunidade e de eventos internos com o objetivo de integrar membros, servidores, estagiários e terceirizados foi estimulada. Tais atividades contaram com o suporte da Comunicação na produção de *releases*, notícias, fotografias e materiais de divulgação impressos e eletrônicos.

A nova estrutura permitiu ainda o desenvolvimento de novos canais de comunicação, como as redes sociais (entrada no Facebook e retomada do Twitter), o programa de rádio web e o mídia indoor (monitor nos elevadores).

Uma nova imagem pedia a criação de nova identidade visual. Nesse sentido, uma logomarca foi lançada com seu uso regulamentado e o sítio da Instituição na internet foi totalmente reformulado.

O resultado dessas ações pode ser conferido tanto no relatório mensal de análise de mídia referente a junho de 2014 (gráfico abaixo) quanto na pesquisa de imagem do MPDFT, realizada em 2013.

Quadro 2 – Relatório Mensal de análise de mídia

	Neutro	Positivo	Negativo	Total
Total Quantitativo	175	609	32	816
Espaço Ocupado (Cm/Col)	1.482	3.784	213	5.479
Minutagem	00h22'48	08h48'21	00h01'50	08h12'11

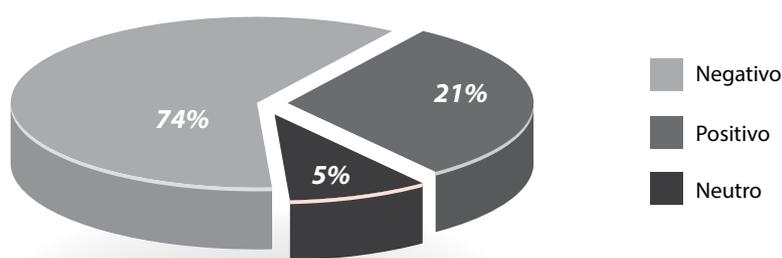


Gráfico 2 – Natureza das informações veiculadas na mídia

Fonte: Capital Clipping

Pesquisa de imagem

Realizada em 2012/2013, pela empresa Praxian – Business & Marketing Specialists, a pesquisa de imagem revelou que 75% da população confia no MPDFT. No entanto, apesar do alto índice de confiança, a maioria dos entrevistados não sabe quando procurar a Instituição. Os resultados mostram um grande desafio: melhorar a comunicação junto à sociedade.

A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira qualitativa, com grupos focais, para colher as impressões das pessoas sobre o MPDFT e subsidiar a segunda fase, quantitativa, em que foram ouvidas 1.187 pessoas. A maioria já ouviu falar do MPDFT (65%) e o principal meio é a televisão (39%), seguido pelo jornal (21%) e pela internet (13%).

- 53,6% da população entrevistada tem uma imagem positiva do MPDFT.

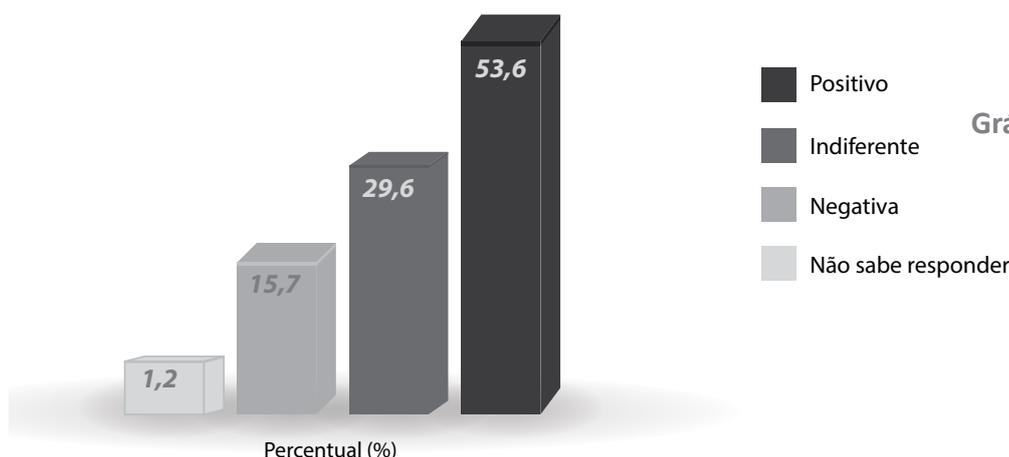


Gráfico 3 – Pesquisa de imagem

Fonte: Pesquisa de Imagem (Praxian)

- Apesar de 70% dos entrevistados avaliarem como regular ou bom a facilidade de acesso ao MPDFT, 57% disseram não saber quando procurar o Órgão.
- As principais áreas de atuação da Instituição, segundo a pesquisa, foram: defesa da sociedade (19%), garantia da saúde (9,3%), defesa do patrimônio público (9%), defesa do consumidor (8%) e combate à corrupção (7%).

Principais ações

Lançamento da logomarca do MPDFT

Simple e objetiva, com poucos elementos visuais e fáceis de serem lembrados, a logomarca tem como objetivo facilitar a identificação da Instituição por parte do cidadão comum. Sua utilização é regulamentada pela Portaria Normativa PGJ nº 216, de 29 de maio de 2012.

Reformulação do site do MPDFT

Teve como foco oferecer ao cidadão, de forma descomplicada, todas as informações sobre o trabalho desenvolvido pela Instituição. Entre as novidades, foram criadas páginas para as Promotorias de Justiça das cidades e para os projetos institucionais. Sua administração é regulamentada pela Portaria Normativa PGJ nº 215, de 29 de maio de 2012.

Participação nas mídias sociais

Em fevereiro de 2013, foram lançadas as páginas oficiais do MPDFT e da Ouvidoria no *Facebook* em complementação à página do MPDFT no *Twitter*, que existe desde 2010. Essas páginas representam um canal direto entre a população e o MPDFT e passaram a oferecer à Instituição a possibilidade de acompanhar online os anseios da sociedade, de alcançar o público mais jovem e de ampliar a divulgação de suas notícias. A atuação do MPDFT em mídias sociais está regulamentada pela Portaria Normativa PGJ nº 253, de 18 de fevereiro de 2013.

Implantação do mídia *indoor* (ou mídia de elevador)

Veículo de comunicação eletrônica que, por meio de uma televisão com tela de cristal líquido ou plasma de alta resolução, promove a atualização e distribuição de notícias, avisos, informes, vídeos, imagens, etc. Nesse meio de comunicação, são publicadas, diariamente, informações sobre a atuação do MPDFT, que sejam de interesse do público em geral (internet), bem como aquelas restritas aos membros, servidores, estagiários e terceirizados da Instituição (intranet). Atualmente, o serviço está implementado no Edifício-Sede e PJ de Ceilândia. Porém, a ideia é que ele seja disponibilizado em todas as sede próprias da Instituição. Sua administração é regulamentada pela Portaria Normativa PGJ nº 320, de 27 de maio de 2014.

Programa de rádio *web* Papo em Família

Promovido pela 5ª Promotoria de Justiça de Família, Órfãos e Sucessões (Profam) e produzido pela Coordenadoria de Comunicação do MPDFT, o programa é um bate-papo descontraído sobre as atribuições e atividades dos promotores de Justiça da Profam junto à sociedade do DF. Com veiculação semanal, o Papo em Família é uma ferramenta para que o cidadão compreenda, através de uma linguagem clara, oral e acessível, seus deveres e direitos assegurados pela Constituição Federal e que são relacionados ao direito da família. O Programa está no ar desde novembro de 2013.



O MPDFT lançou sua página no Facebook em 2013.

Campanha antidrogas

A campanha “Drogas. Você constrói, elas destroem” é fruto da parceria entre o MPDFT e a agência de publicidade Borghi/Lowe. Todo o trabalho foi desenvolvido de maneira gratuita, desde a criação, passando pela produção das peças, até a veiculação na mídia, economizando mais de R\$ 5 milhões aos cofres públicos

A campanha teve início em Brasília, em 2011, mas com a repercussão positiva, a veiculação passou a ser nacional, por meio do CNPG, na Rede Globo. Vencedor do Prêmio Colunistas Propaganda Brasília 2012, na categoria “Cases e Mídias Integradas”, o trabalho deu continuidade ao esforço iniciado em 2009 com a campanha “Drogas destroem você e o seu futuro”.

Em 2013, o MPDFT resolveu inovar e convidou os alunos dos cursos de Publicidade e Propaganda das faculdades do DF a criar a próxima campanha de prevenção às drogas do MPDFT. O I Concurso de Campanha Publicitária para Ação de Prevenção às Drogas do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) foi um sucesso. Concorreram ao prêmio 21 trabalhos de alunos de sete instituições de ensino superior do DF: Universidade de Brasília (UnB); Universidade Católica de Brasília (UCB); Faculdade Projeção; Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB); Faculdade JK; Centro Universitário Euroamericano (Unieuro) e Centro Universitário de Brasília (UniCeub).

Com o conceito “Suas escolhas deixam marcas”, as estudantes Eduarda Liu e Pâmella Moraes foram as vencedoras e ganharam estágio na agência Borghi/Lowe. A nova campanha já foi produzida e deverá ser veiculada no início de 2015.

Campanha contra a violência doméstica

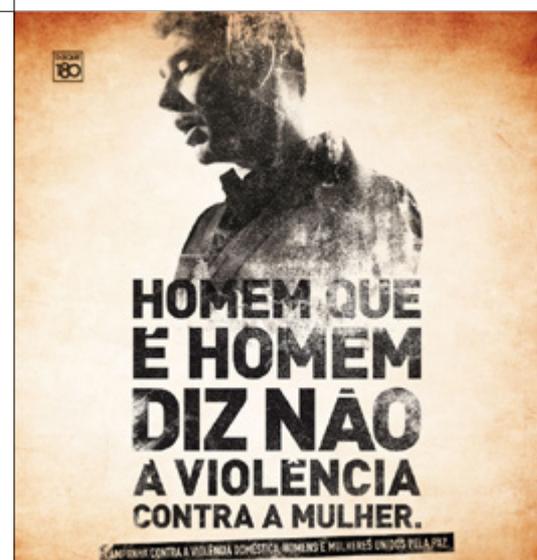
Lançada no dia 8 de março de 2012 (Dia Internacional da Mulher), a campanha contra a violência doméstica, desenvolvida em parceria com a TV Record e a agência Fields de maneira gratuita, foi dividida em quatro fases, cada uma atingindo um público diferente. A primeira fase foi focada nos homens, que, em geral, são os agressores. A segunda fase foi direcionada às mulheres, em geral, as agredidas. A fase seguinte trata a questão dos filhos/crianças, que também sofrem com a violência doméstica, e tem previsão de lançamento para 2015, bem como sua última fase, que terá foco na sociedade em geral.

Media Training

Parceria com a Comissão de Aperfeiçoamento de Membros para o oferecimento de curso de formação de porta-vozes. O treinamento ocorreu nos dias 8 e 9 de maio de 2014, com a participação de 30



A campanha antidrogas de 2011 foi vencedora do prêmio Colunistas Brasília.



Campanha do MPDFT contra a violência doméstica, desenvolvida em parceria com a TV Record

promotores e procuradores de Justiça. O intuito é que o *media training* seja oferecido anualmente aos membros do MPDFT, com formação de turmas em nível básico e avançado.

Sala de Imprensa

Lançada no dia 23 de outubro de 2014, a Sala de Imprensa consolida o papel estratégico da Coordenadoria de Comunicação, em especial da Divisão de Jornalismo, que assumiu papel ativo na orientação de membros no contato com a mídia, passando a acompanhar sistematicamente as entrevistas concedidas por promotores e procuradores de Justiça. Com a inauguração do local, os repórteres que vierem ao MPDFT não precisarão subir até o gabinete dos membros que serão entrevistados nem esperar pelos atendimentos na sala da Comunicação, o que representará uma proteção da privacidade dos integrantes do Órgão. Além disso, o espaço está equipado com internet sem fio, cadeiras, mesas e tomadas, que facilitarão o trabalho dos jornalistas. A sala também possui um *backdrop*, painel de parede com a logomarca do MPDFT, que contribuirá para o fortalecimento da identidade visual da Casa servindo como pano de fundo de filmagens e fotografias.

Comunicação Interna

	Número de matérias publicadas na Intranet do MPDFT	Crescimento em %
2011*	107	
2012	372	247,66%
2013	362	-2,69%



Em maio de 2014, 30 membros participaram de treinamento para melhorar o relacionamento com a imprensa.



A Sala de Imprensa é equipada com a logomarca do MPDFT e sua estrutura que facilita o atendimento aos jornalistas

Quadro 3 – Matérias publicadas na Intranet

* número referente ao período de agosto a dezembro, quando passou-se a registrar separadamente as matérias publicadas na Internet das publicadas na Intranet

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

	Número de solicitações de membros e servidores	Crescimento em %
2010*	266	
2011	572	115,04%
2012	772	34,97%
2013	880	13,99%
	de 2011 a 2013	53,85%

Quadro 4 – Solicitações à Divisão de Jornalismo.

* número referente ao período de agosto a dezembro.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

Comunicação Externa

	Número de matérias publicadas na Internet do MPDFT	Crescimento em %
2011*	149	
2012	390	161,74%
2013	501	28,46%

Quadro 5 – Matérias publicadas na Internet

* número referente ao período de agosto a dezembro, quando passou-se a registrar separadamente as matérias publicadas na Internet das publicadas na Intranet

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

	Número de solicitações de membros e servidores	Crescimento em %
2010*	1.146	
2011	2.538	121,47%
2012	2.425	-4,45%
2013	2.948	21,57%
	de 2011 a 2013	16,15%

Quadro 6 – Solicitações à Divisão de Jornalismo

* número refernete ao período de agosto a dezembro.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

Produção de materiais institucionais (Jobs)

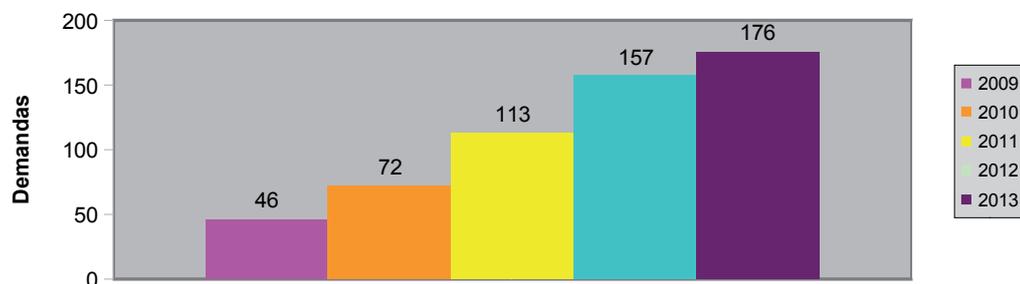


Gráfico 4 – Evolução das demandas por ano.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

Registros fotográficos

	Número de pautas fotográficas	Crescimento em %
2010	356	
2011	412	15,73%
2012	403	-2,18%
2013	624	54,84%
	de 2011 a 2013	75,28%

Quadro 7 – Número de pautas fotográficas

Fonte: Coordenadoria de Comunicação

A partir de agosto de 2013, diante do crescimento das solicitações por pautas fotográficas, a Coordenadoria de Comunicação contratou um serviço de cobertura fotográfica por demanda (licitação vencida pela empresa Shift Fotografia), que atendeu 74 ordens de serviço.

Estrutura da Comunicação

Atualmente, a Coordenadoria de Comunicação conta com 16 servidores (sendo 8 analistas e 8 técnicos) e 9 estagiários (sendo 8 de nível superior e 1 de nível médio). A Assessoria Especial de Imprensa conta com 4 servidores (1 analista, 2 técnicos e 1 requisitado) e atende à Procuradoria-Geral, às Procuradorias de Justiça, à Diretoria Geral e às Assessorias da PGJ.

As frentes de atuação se dividem da seguinte forma:

Jornalismo

Realiza a cobertura jornalística de eventos e ações do MPDFT; apura, redige, edita e divulga notas e matérias para os produtos de comunicação do MPDFT, tais como: Internet, Intranet e Mídias Sociais (Twitter e Facebook); faz o monitoramento e a análise de mídia (*clipping*); e promove, em conjunto com DGP e CAM, cursos de formação de porta-vozes aos membros e servidores da Instituição (*media training*).

Publicidade

Planeja, coordena, orienta, desenvolve e supervisiona campanhas; zela pela marca do MPDFT; cria propostas de layout para produtos de comunicação interna e externa do MPDFT (ex: cartilhas, cartazes, folders, filipetas, etc); supervisiona o conteúdo do Portal do MPDFT, auxiliando o Departamento de Tecnologia da Informação no desenvolvimento, implementação e manutenção do mesmo.

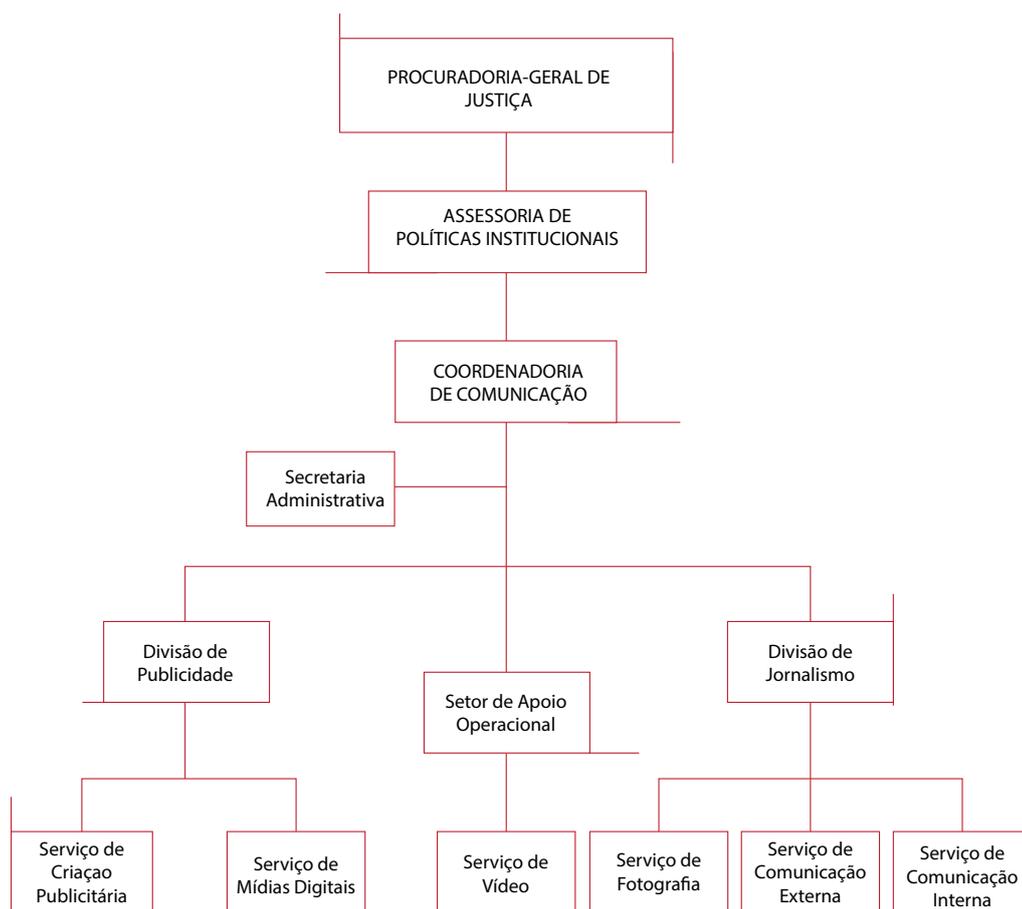
Vídeo e Fotografia

Produz, edita, publica e disponibiliza vídeos institucionais e de utilidade pública; alimenta o conteúdo do *Mídia Indoor*; produz, edita e publica o programa de rádio *web* “Papo em Família”; elabora, produz e executa pautas fotográficas em parceria com as Divisões de Jornalismo e de Publicidade; e gere o banco de imagens do MPDFT.

Apoio Operacional

Cuida da gestão administrativa e financeira da unidade, sendo responsável pela gestão de contratos e pagamentos da CCOM.

Confira a seguir o organograma da Coordenadoria de Comunicação.



Apresentação

Nos últimos quatro anos, a Secretaria de Planejamento enfrentou diversos desafios, tanto no campo de estruturação, de desenvolvimento de projetos, de tratamento de informações institucionais, quanto na execução ou acompanhamento do planejamento estratégico ou na análise de processos e procedimento de trabalho. Tais desafios possibilitaram, no decorrer destes anos, a transformação de nossos objetivos em resultados concretos.

Não podemos esquecer que a Secplan atua de forma transversal em toda a Instituição, seja nas áreas meio ou fim, buscando aperfeiçoar processos e desenvolver metodologias que possibilitam o cumprimento da missão institucional do MPDFT.

Durante os anos de 2010 a 2014, a Secretaria de Planejamento experimentou, inovou, traçou estratégias, sempre marcada pelo trabalho em equipe e pela ação conjunta, que possibilitou atingir os resultados apresentados neste relatório.

Gestão Estratégica

O Projeto Gestão Estratégica (2010/2014) foi elaborado no MPDFT no ano de 2010, por meio da contratação de consultoria especializada. No dia 05 de novembro de 2010, iniciou-se a implementação. O projeto foi elaborado de forma participativa, com base na consulta a 121 membros e 236 servidores.

Dessa forma, o Mapa Estratégico do MPDFT possui 29 objetivos estratégicos, que são mensurados por meio dos 63 indicadores estabelecidos. Apresenta também a missão e a visão de futuro institucionais.

A Secplan, em conjunto com as Unidades elaborou 50 planos tático-operacionais (painéis de contribuição) para a mensuração dos objetivos e indicadores estratégicos.



Equipe da Secplan.

"A atuação da Secplan nos últimos quatro anos destacou-se pela implantação da Gestão Estratégica no MPDFT pela promoção de cultura de resultados".



José Joaquim Vieira de Araújo, Secretário de Planejamento.

Indicador	Descrição	Fórmulas de Cálculo	Valor Mensurado			
			2011	2012	2013	2014*
Cobertura do painel de contribuição	Mede a quantidade de áreas contempladas com painel de contribuição	Total de áreas contempladas com painel de contribuição / Total de áreas com demandas de painel de contribuição	95%	91%	93%	95%
Cumprimento do Painel de Contribuição	Mede a eficácia das procuradorias, promotorias e unidades administrativas em cumprirem os seus respectivos painéis de contribuição	(Somatório do IRF* do painel / Somatório de painéis) * 100	53%	89%	70%	70%

Cada objetivo estratégico tem um guardião, responsável por acompanhar o desempenho dos indicadores dos objetivos estratégicos. Seu papel é fundamental na articulação das ações e no engajamento dos demais colaboradores.

Foram realizadas oficinas de trabalho para multiplicadores com o propósito de realizar a capacitação continuada deles. Até o momento, mais de 200 servidores já foram capacitados em aproximadamente 60 unidades da Instituição.

Além disso, no período de 2010 a 2014, foram realizadas três Reuniões Gerais de Gestão Estratégica para apresentação de resultados e envolvimento motivacional de todos com a Gestão Estratégica. Já participaram dessas reuniões aproximadamente 800 membros, servidores e convidados.

- **1ª RGE:** 23 de março de 2012 / 328 participantes / Palestra do Klever Kolberg
- **2ª RGE:** dia 19 de abril de 2013/ 200 participantes / Palestra do Cristian Barbosa
- **3ª RGE:** dia 8 de abril de 2014 / 250 participantes / Palestra do Mauro Sérgio Cortella

O MPDFT recebeu elogio do TCU referente ao Planejamento Estratégico, à adequação dos indicadores e à confiabilidade das informações que constam no Relatório de Prestação de Contas apresentado em 2013.

Quadro 8 – Projeto de Gestão Estratégica

* os valores informados para o ano de 2014 foram mensurados até setembro do corrente ano e apresentados por prospecção

Fonte: CCOM/Secplan

O MPDFT recebeu elogio do TCU referente ao Planejamento Estratégico, à adequação dos indicadores e à confiabilidade das informações que constam no Relatório de Prestação de Contas apresentado em 2013.

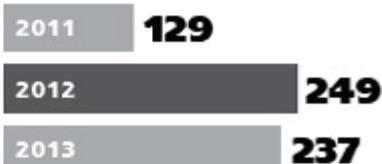
Resultados alcançados

Somatório de Iniciativas

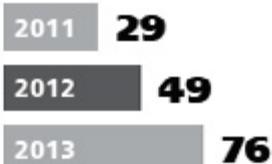
Resultados para a Sociedade



Atividades Internas



Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia



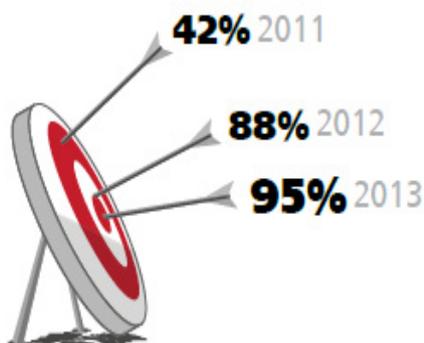
Total de Iniciativas



Cumprimento dos objetivos estratégicos

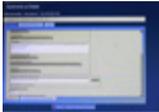
Mede a eficácia do MPDFT em executar cada objetivo estratégico, avaliando se as metas estão sendo alcançadas ou não.

Fórmula de cálculo: Total de objetivos estratégicos medidos / Total de objetivos estratégicos.
Fonte de dados: Secretaria de Planejamento - Secplan.



Gestão de projetos

Dentre os 52 projetos realizados nos últimos quatro anos, destacam-se:

<p>Escola Tô Dentro</p> <p>Promove o acesso, a permanência e o desempenho satisfatório dos adolescentes em Liberdade Assistida na rede de ensino.</p>	
<p>Projeto Despertar</p> <p>Define diretrizes básicas para a operacionalização das atividades da Instituição voltadas para o incentivo à adoção de atitudes responsáveis com relação ao uso de álcool e outras drogas por meio de ações educativas e preventivas dirigidas aos membros, servidores e seus familiares.</p>	
<p>MP Eficaz: Adolescente Aprendiz</p> <p>Proporciona a formação técnico profissional capaz de gerar oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho, por meio de atividades teóricas e práticas desenvolvidas nas Unidades do Ministério Público aos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica.</p>	
<p>MP Eficaz: Atendimento ao cidadão</p> <p>Melhora a estrutura do MPDFT para que a Instituição esteja adequadamente preparada para atender ao cidadão no Edifício Sede e nas Unidades descentralizadas, inclusive no atendimento aos portadores de necessidades especiais.</p>	
<p>MP + Família</p> <p>Disponibiliza instrumentos de comunicação que visem esclarecer os temas relativos ao Direito de Família e materiais de orientação aos curadores, sobre temas afetos ao direito de família e sucessões.</p>	
<p>Círculos Educativos contra a Violência Doméstica</p> <p>Provoca a reflexão dos adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais em que há violência de gênero (não limitada à violência doméstica), acerca das conseqüências dos seus atos.</p>	
<p>Atividades Mil, Crime Zero!</p> <p>Incentiva jovem à prática de atividades extracurriculares, ocupando-os nos horários contrários ao escolar. O projeto é viabilizado por meio de parcerias com escolas e instituições não governamentais sem fins lucrativos, como, por exemplo, igrejas ou centros comunitários</p>	
<p>Repensar - II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça - Repensando o Ministério Público como Agente de Transformação Social</p> <p>Realiza ações que promovem a integração dos membros para a discussão dos fatores positivos e negativos em relação ao cumprimento da missão institucional e identificação de alternativas de solução.</p>	
<p>Vivendo e Aprendendo</p> <p>Implementa ações internas voltadas a garantir o direito básico à educação com a finalidade de reprimir a existência de excluídos no quadro de prestadores de serviço do MPDFT.</p>	

Ainda no período de 2010 a outubro/2014, foram cadastradas 86 boas práticas do MPDFT no Banco de Projetos do CNMP. Em 2013, na primeira edição do Prêmio CNMP, o MPDFT recebeu menção honrosa do projeto MP Eficaz: Atendimento ao Cidadão, da Ouvidoria. Em 2014, mais quatro projetos finalistas, dentre os 665 projetos de todos os ministérios públicos brasileiros: terceiro lugar com o projeto Círculos Educativos contra a Violência Doméstica, quarto lugar com o projeto Programa MP + Família e o quinto lugar com os projetos Vivendo Aprendendo e Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação-PETI.

Gestão de Informações Institucionais

Ao longo dos últimos quatro anos, foram produzidas 169 análises estatísticas, sendo 134 (79,3%) para o Comitê e 35 (20,7%) para atendimento de outras requisições.

Também foram realizadas 28 pesquisas e enquetes além de outras análises, dentre as quais destacam-se: Definição e Estudos dos Indicadores Planejamento Estratégico; Pesquisa de Comunicação Interna; Perfil Sócio-econômico dos jurados que compõem os Tribunais do Júri de Ceilândia; Pesquisa de Clima Organizacional – em redação o relatório final de análise estatística da aplicação do questionário; Evolução da População Carcerária; Projeto Repensar - 2º Encontro do Colégio de Procurados e Promotores - Tratamento Estatístico dos questionários e enquetes.

Na Gestão de Informações, foi realizada coleta de dados, consolidadas as informações e providenciada resposta via formulário eletrônico das informações requeridas, no tocante à Resolução nº 32 do CNMP (anos de 2010 a 2013); questionário do II Diagnóstico do Ministério Público, requisitado pelo Ministério da Justiça (anos de 2007 a 2010), dentre outros estudos de Gestão para subsidiar decisões da Administração Superior.

Estruturação administrativa e regimentação

A evolução da estrutura organizacional e de cargos e funções na Instituição foi marcada pelo crescimento de 34% nas unidades administrativas e 36,2% de cargos e funções, entre 2010 e 2014.

Das 45 principais unidades de gestão administrativa, 16 foram totalmente reestruturadas, com destaque para as áreas de Políticas Institucionais, Cerimonial e Eventos, Comunicação Social, Ouvidoria, Gestão de Pessoas, Segurança Institucional, Saúde, Arquivo,

Arquitetura e Engenharia, Tecnologia da Informação - DTI, Combate ao Crime Organizado, Produção e Segurança da Informação e Gestão de Administração Superior.

Da mesma forma, foram implementadas as Coordenadorias das Promotorias de Justiça do Guará e do Riacho Fundo, as unidades regionais de Análise Psicossocial nas Coordenadorias das Promotorias de Justiça e as unidades Pilotos de Triagem e Encaminhamento do Cidadão, nas Coordenadorias de Promotorias de Ceilândia, Paranoá e Samambaia.

Além disso, foi criado, dentro da API, o Escritório de Gestão por Competência.

Análise administrativa

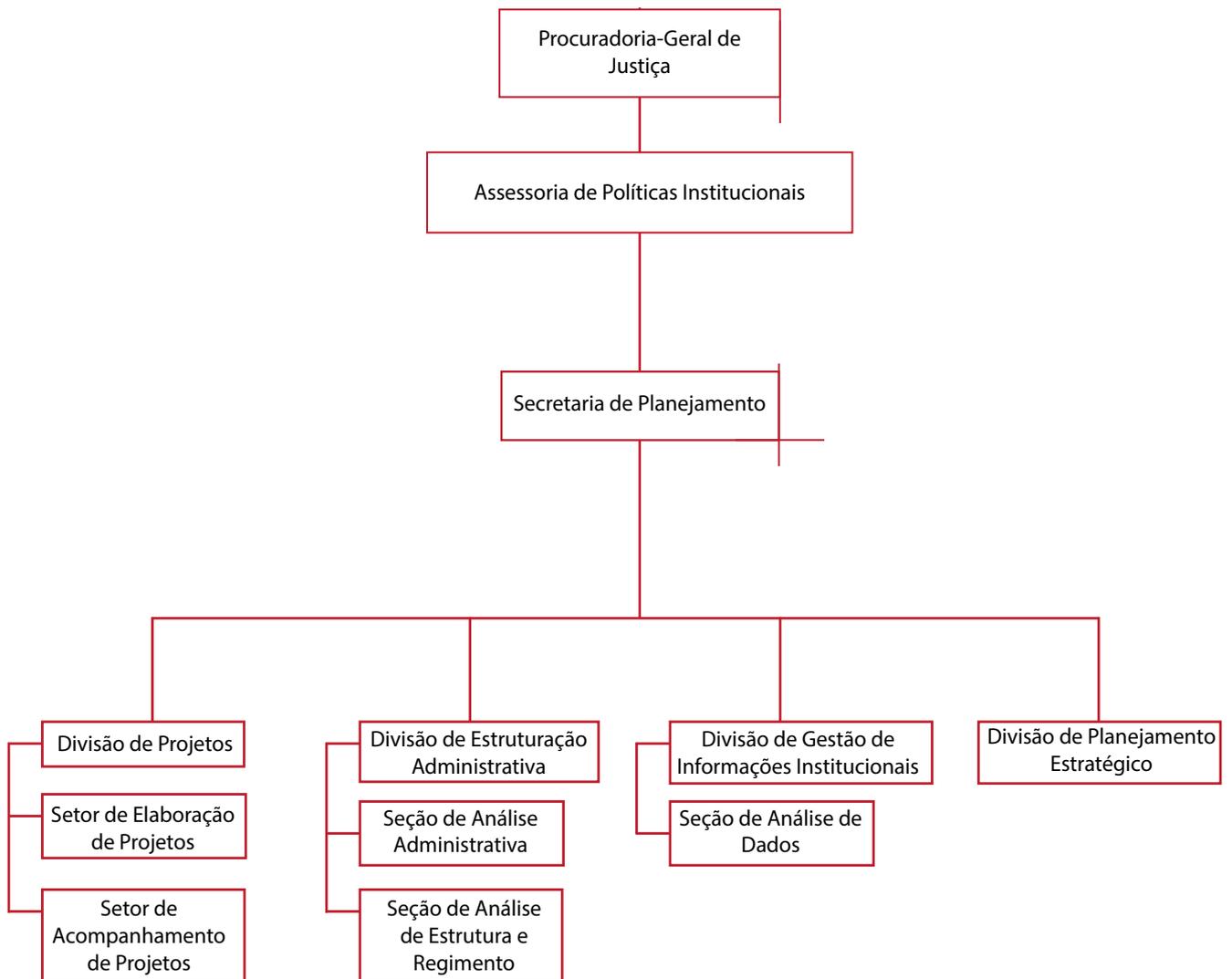
Com base nas demandas apresentadas e nas prioridades estabelecidas pela Administração Superior, foram efetuadas 27 análises administrativas, dentre as quais destacam-se: as Coordenadorias das Promotorias de Justiça de São Sebastião, Taguatinga, Especiais Criminais de Brasília, Brazlândia, Riacho Fundo, Sobradinho, Planaltina; as Promotorias de Fundações e Interesses Sociais, Ordem Urbanística – PROURB, entre outras; e as áreas específicas como: Ouvidoria, Gestão de Pessoas, Diárias e Passagens, PlanAssiste, Psicossocial, Medidas Alternativas, Comunicação, Políticas Institucionais e Recursos Constitucionais.

Nesse sentido, foram realizados oito mapeamentos de processos/rotinas de trabalho decorrentes de projetos institucionais: Projeto “O OCA é Nosso”, Atendimento Psicossocial e Acompanhamento de Medidas Alternativas, MP EFICAZ- Atendimento ao Cidadão; Tardes de Reflexão; Adolescente Aprendiz; Círculos Educativos Contra a Violência; MPDFT Digital e Processo Judicial Eletrônico.

Identificação de procedimentos para reestruturação administrativa

Entre agosto de 2010 e outubro de 2014, foram realizados seis estudos visando à reestruturação baseada em processos, dirigidos ao Departamento de Apoio Administrativo; Gestão Documental e Biblioteca; Secretaria Executiva de Saúde; Departamento de Engenharia e Arquitetura; CI e NCAP e Assessoria de Recursos Constitucionais.

ORGANOGRAMA SECPLAN



COORDENADORIA DE CERIMONIAL E EVENTOS

Em 2010, o Cerimonial do Ministério Público do DF era embrionário diante de seu atual quadro. Havia uma demanda significativa para uma estrutura enxuta. Isso causava imenso esforço por parte dos colaboradores do setor. Nos anos que se seguiram, houve, por parte da Administração Superior um esforço continuado no sentido de propiciar melhores condições de trabalho.

Inicialmente, o espaço onde funcionava o Cerimonial ocupava área de cerca de 25m² no 6º andar do Edifício-Sede. Em 2012, o setor foi transferido para um espaço de mais de 70m² e passou contar com duas salas-depósito para o armazenamento de material utilizado em eventos.

Em 2013 a estrutura do Cerimonial foi reformulada. Novas vagas e funções possibilitaram a vinda de mais integrantes para compor a equipe, que hoje conta com 13 colaboradores (8 servidores e 5 estagiários), número bem acima dos dois servidores que trabalhavam no setor em 2010.

Com essa reestruturação, o Cerimonial passou a denominar-se Coordenadoria de Cerimonial e Eventos – CCEV, e subdivide-se em: Divisão de Cerimonial, Seção de Cerimonial e Protocolo, Setor de Apoio Administrativo e Operacional, Divisão de Eventos, Seção de Organização de Eventos e Serviço de Auditório.

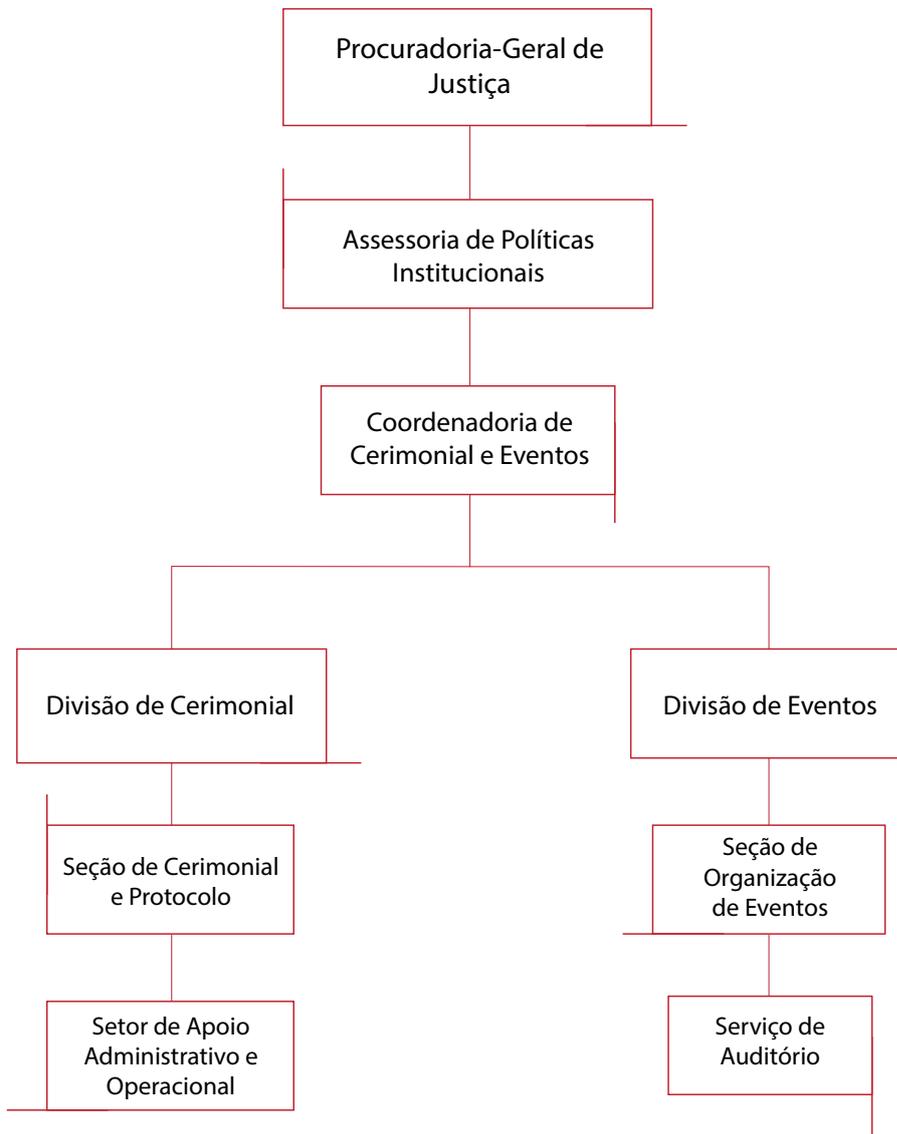
Com a reestruturação da área, foi possível implantar projetos que visam à integração e ao bem-estar de membros e servidores do MPDFT. É o caso das semanas da mulher, do homem, do meio ambiente e do servidor, que são promovidas pela Divisão de Eventos.

A nova organização trouxe também um incremento orçamentário e essa realidade possibilitou a aquisição de diversos objetos, tais como: tapetes, plantas para ornamentação, material de copa, mobiliário; e a contratação de empresas para dar suporte aos eventos promovidos. Contratos com lavanderias e empresas especializadas em *coffee break* também foram firmados.

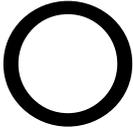


Equipe da Coordenadoria de Cerimonial e Eventos

ORGANOGRAMA DA COORDENADORIA DE CERIMONIAL E EVENTOS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

 Os dados apresentados neste relatório refletem parte do trabalho desenvolvido pela API e demais áreas a ela vinculadas. Nos últimos quatro anos, foram aprimoradas as bases para a integração do público interno e para maior aproximação com o público externo.

Tudo o que foi feito até agora não seria possível sem o engajamento de servidores, estagiários e terceirizados que atuam diretamente na API e nas áreas de Comunicação, Planejamento e Cerimonial. Da mesma forma, não seria possível sem o apoio incondicional de diversas outras áreas com as quais a API se relaciona no exercício diário de suas atribuições.

Esse documento não poderia ser encerrado sem o registro de agradecimentos a todos os que participaram desse processo e deram sua contribuição para o fortalecimento do relacionamento institucional do MPDFT, para o resgate de sua imagem e credibilidade e para maior integração do corpo funcional.

A construção do diálogo é um processo permanente, que deve ser orquestrado diariamente, uma missão nobre da qual a API se orgulha de empreender e pretende aprimorar cada vez mais.

Ana Luiza Lobo Leão Osório
Dermeval Farias Gomes Filho
Assessores de Políticas Institucionais



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial